

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

PAULIPREV

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia

COORDENADOR DO PROJETO:

Professor Carlos Roberto Azzoni

Sub Coordenador:

Alipio Albuquerque

Técnica Responsável:

Luciana Pelae

Objetivo

Acerto de Contas entre o INSS e o Regime Próprio de
Previdência, relativamente às contribuições previdenciárias
recebidas pelo regime de origem.



O Problema

A partir da criação dos Regimes de Previdência próprios dos Estados e Municípios, os servidores dos entes federativos passaram a aposentar-se recebendo seu benefício diretamente desses entes apesar de terem, por longo período, recolhido suas contribuições, bem como a parte devida pelo empregador, ao REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 3

O Problema

Desta forma, os entes federativos assumiram o ônus do pagamento dos benefícios sem que houvesse a devida provisão, antecipada, de fundos em seus caixas, provenientes das contribuições dos servidores - como é da natureza do próprio regime previdenciário - impondo a esses institutos de previdência a condição de já nascerem deficitários.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 4

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ida', 'Sere', 'Fabo', and others.]

Legislação

- * Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. (Art. 201)
- * Lei n.º 9.796, de 05 de maio de 1999.
- * Lei 12.348, 15 de dezembro de 2010
(prorrogação estoque)
- * Decreto n.º 3.112, de 06 de julho de 1999.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 5

Legislação

- * Decreto n.º 3.217, de 22 de outubro de 1999.
- * Decreto nº 6900, de 15 de julho de 2009.
(pagamento Estoque)
- * Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela PT MPS 98, de 06/03/07, PT MPS 287, de 05/11/09 E Portaria MPS nº 65, de 13 de fevereiro de 2013.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 6

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ider', 'Fipe', and others, located on the right margin of the page.]

Legislação

- * Portaria Interministerial nº 410, de 29 de julho de 2009.
- * Instrução Normativa nº 45/INSS/PRES, 06 de agosto 2010.
- * Instrução Normativa nº 50/INSS/PRES, 04 de janeiro de 2011.
- * Portaria Conjunta PGFN/RFB/INSS nº 01, de 21 de março de 2013.
- * Portaria MPS nº 156, de 28 de março de 2013.
- * Orientação Interna nº 102, 20 de setembro de 2004

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 7

Legislação

Constituição Federal

Art. 201

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 8

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Q4", "Idex", "Sua", "Fato", and others]

Resultado

Após a aprovação do requerimento, o repasse ao regime próprio de previdência dar-se-á das seguintes formas:

ESTOQUE:

Valor relativo ao período de 05/10/1988 a 05/05/1999.
Esse valor ficará retido como crédito do ente federativo junto ao INSS, e pago mensalmente até o valor de R\$ 500.000,00.

Obs: a partir de janeiro de 2018, o valor de pagamento do Estoque será até o limite de R\$ 1.500.000,00

Resultado

FLUXO ATRASADO:

Pagamento à vista diretamente ao RPPS, relativo ao período de 06/05/99 até a data da aprovação do requerimento; retroativo a 60 meses. (súmula vinculante nº 08).

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Fipe", "Fato", and others]

Resultado

FLUXO MENSAL:

Pagamento mensal diretamente ao RPPS desde a aprovação do requerimento, enquanto perdurar o benefício de aposentadoria ou a consequente pensão. (pela média atuarial do MPS, 23 anos e 23 decimo terceiros salários, ou seja 299 meses;

* Excluindo os 60 meses do Fluxo Atrasado, restariam 233 meses).

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 11

Requisitos

Convênio com o MPS/INSS.

CRP e CND dentro da validade.

CND do Município e Entes Patrocinadores na validade.

Aposentadorias e/ou pensões homologadas pelo TCE.

Aposentadorias concedidas após 05/10/88.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 12



Benefícios

Aumento da reserva financeira,

Melhora do equilíbrio atuarial;

Maior segurança na preservação e manutenção do regime e consequente pagamento das aposentadorias futuras.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 13

Regime de Origem ou RO

É o regime para o qual durante o "período laborativo, considerado para a concessão do benefício, o trabalhador efetuou contribuições", sem se aposentar por esse regime.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 14



Regime Instituidor ou RI

É o regime que "instituiu" o benefício previdenciário, sendo responsável pela sua gestão e pagamento.

Tendo, portanto, o ônus de arcar com o custeio do benefício ao segurado ou para com seus beneficiários no caso de pensão.

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 15

Resultado Atual

Total recuperado de Fluxo: **R\$ 60.828.456,23**

Crédito com efeito futuro: **R\$ 218.863.938,06**

Resultado total do Projeto: **R\$ 279.692.394,29**

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 16



Custo do Projeto Atual

* Processos concedidos RO: 461

* Processos concedidos RI : 02

* Custo total: R\$ 2.418.433,66

* Custo percentual: 0,86467 %

* Para cada R\$ 100,00 recuperado, o custo é de R\$ 0,86

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 17

Prescrição Atual

Em conformidade com a súmula vinculante nº 08, o valor que seria prescrito caso não houvesse a execução dos serviços da Comprev seria: **R\$ 22.304.133,95**

Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas 18



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Alipio inicia apresentando o relatório com dados sobre a compensação previdenciária até o momento produzida no PauliPrev pela FIPE, e aberto para perguntas e esclarecimentos.

Explicou sobre o que é compensação previdenciária, sendo o encontro de contas entre o regime geral e regime próprio, ou seja, quando alguém que se aposentou pelo PauliPrev hoje mas contribuiu para o INSS apenas um dia e esse tempo foi averbado na aposentadoria dele. É justamente esse tempo averbado dos dias e anos que a FIPE apresenta o requerimento junto ao INSS pelo COMPREV, que paga mensalmente.

Foi apresentado a fundamentação legal da compensação previdenciária através das leis e portarias publicadas e os resultados alcançados até a presente data.

Os requisitos para poder fazer a compensação previdenciária é um convênio com o Ministério de Previdência que foi renovado, com o CRP do Instituto obtido judicialmente e a CND do Município em dia.

Douglas perguntou se glosa interrompe a prescrição do processo. Alípio explica que não, que são glosas diferentes do que o Tribunal de Contas aponta. Para o Ministério da Previdência as glosas são quanto acontece pagamento indevido em um processo e corrigido no próximo, descontando que foi pago a mais.

Sandra salienta que as glosas dos processos de aposentadoria não atingem somente o servidor, alguns com retenção de 50% do valor da aposentadoria. Atinge também o Instituto que não pode ter acesso a compensação previdenciária de direito perante o INSS. É um assunto de interesse grande do Instituto e dos conselhos, para que se cheguem a um final feliz nessa celeuma toda que foi criada com as leis, que não vou cansar de repetir "porcamente" feita, e agora todos estão pagando e de certa forma, o servidor paga duas vezes, ele tem a glosa dos seus vencimentos de aposentadoria e também a perda do dinheiro para o Instituto que é mantido por ele mesmo.

Perguntou também se a FIPE tem os números do que já foi prescrito, do que se deixou de compensar, de quantas prescrições de processos que poderiam ter sido compensados. Alípio respondeu que não, que foram produzidos os processos daquele momento para frente, que foram contratados para travar os prazos de prescrição que são 60 meses. Os cálculos dos processos prescritos não são fáceis de produzir, lembrando que o sistema para lançamento dos processos é muito lento, tem restrições e horários limitados, por isso o Instituto necessita ser organizado e com pessoas capacitadas.

Nara questiona sobre o treinamento do sistema e procedimentos para os funcionários do Instituto. Alípio responde que sim, é um processo prático, onde os funcionários do Instituto da área de previdência acompanham como são inseridos os processos e a ordem. Os funcionários treinados são dedicados e



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

empenhados para fazer o tramite, que com o tempo e experiencia atenderam todos os requisitos para os procedimentos.

Nívia salienta que em algumas vezes que acompanhou o processo de inclusão do processo no COMPREV que o processo era muito complexo que era realizada uma reunião para discutir o processo e a forma que seria feito o requerimento ou a resposta ao analista do Dataprev, que nem sempre informa qual o motivo de não aceitar o processo em questão.

Sandra questiona que nesse tempo todo que a FIPE está fazendo o processo de compensação previdenciária, cita como exemplo Nívia que estava no Instituto como funcionária cedida pela Prefeitura, com muita competência, sabe fazer o procedimento e hoje está como conselheira eleita no fiscal. A troca de pessoas que faziam o procedimento acabou atrapalhando o procedimento de treinamento efetivo. Também cita que a Nívia pela experiencia no RH da Prefeitura ajudou e ajuda muito em todo processo. No momento com a pouca demanda de processos o treinamento fica prejudicado, sendo que é de extrema importância que funcionários do Instituto seja capacitado para o processo independente de ter ou não um contrato com uma empresa para fazer o procedimento.

André falou que o Instituto possui hoje quatro analistas que fazem o treinamento. a Rebeca e Marcela que já estavam fazendo e Mariela e Denise também estão fazendo. Conversando e acompanhado com elas todo esse processo, a Marcela inclusive junto com a Beatriz fizeram uma visita no Camprev (Instituto de Previdência de Campinas) para verificar uma série de processos, conversar pessoalmente sobre o grande número de devolução de processos. Elas estão inseguras devido ao grande volume de devolução de processos, sendo que as analistas não possuem bagagem de RH. Devido à dificuldade de se obter informação do COMPREV, ficamos à mercê do analista, tendo esse processo de treinamento que já é baseado no processo registrado.

Na visita ao Camprev o feedback que tiveram foi que a suspensão de contrato do Instituto com a FIPE durante um período não conseguira fazer a compensação previdenciária da forma como ela precisava e deveria ser feita, acabando retornando o contrato. Independe disso elas estão sendo treinadas e capacitadas. Nívia lembra que o processo é complexo, que mesmo depois do processo de aposentadoria registrado pelo Tribunal de Contas o COMPREV faz nova avaliação, e muitas vezes apresenta falhas, como falta de tempo de serviço, documentação etc.

Sandra explica que não desmerece o trabalho da FIPE, que os conselheiros pensam também no gasto para o Instituto mesmo tendo a compensação previdenciária, lembrando tudo que o Instituto já "perdeu" muito recentemente, por isso o questionamento.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Edson explana que temos que avaliar os gastos, e o retorno dele, se compensa e atenda aos requisitos necessários.

Fernando Rodrigues da Silva, da FIPE, iniciou a explicação da Portaria MPS 464/2018 que *"Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial."* e Pró-Gestão, que substituiu a Portaria 403/2018 que dispunha sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

A Portaria MPS 464 de 19 de novembro de 2018 está anexo a esta ata. Ela está dentro de uma certa forma do debate da gestão da melhoria da qualidade da gestão que os Entes e os Regimes Previdenciários cada vez mais vão ser chamados a melhorar a qualidade dessa sua gestão uma vez que está cada vez mais aumentando a responsabilidade. Todo mundo questiona que existe um problema de Déficit Previdenciário, que a Previdência do setor público ela tem um peso excessivo. Portanto há um debate que precisa sair de uma questão acadêmica e do Ministério e seguir para os conselhos, para os servidores e para a sociedade de um modo geral é nesse contexto que se insere a Portaria 464 e o Pró-Gestão.

Dentre as inovações trazidas pela nova portaria, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Classificação dos RPPS por porte e perfil de risco atuarial, como balizadores na escolha da forma de equacionamento do déficit atuarial;
- Redução do plano de custeio, como pode ser feito, e critérios exigidos para que exista essa possibilidade;
- Recomeço da contagem do tempo para amortização do déficit atuarial desde que atendidos os critérios definidos na portaria;
- O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário deverão atuar em conjunto, elegendo as hipóteses atuariais adequadas à realidade local, com ampla divulgação, com a instituição do Relatório de Análise das Hipóteses, como forma de comprovação da adequação do método escolhido;
- O custeio administrativo não mais ficará limitado ao percentual de 2%, podendo ser majorado ou minorado, de acordo com a necessidade, ou até mesmo, ser feito por meio de aportes pré-estabelecidos com essa finalidade;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

- Matriz de risco atuarial parametrizado através do Indicador de Situação Previdenciária do RPPS e na obtenção da certificação em um dos níveis de aderência do Pro-Gestão.

Passarão a ser exigidos pela Secretaria de Previdência os seguintes documentos relativos à Avaliação Atuarial:

- Nota Técnica Atuarial (NTA),
- Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA),
- Fluxos atuariais,
- Base cadastral utilizada na avaliação atuarial,
- Relatório da Avaliação Atuarial,
- Demonstrativo de Duração do Passivo,
- Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio e Relatório de Análise das Hipóteses.

A existência de base cadastral sólida é essencial para apuração de resultados que retratem a realidade atuarial do seu RPPS.

A portaria 464 é um documento técnico mais bem elaborado sobre previdência dos servidores dos últimos anos, buscando as melhores práticas da previdência complementar.

Seguindo para o **item 03** da pauta, Sandra lembra a todos que o contrato com a LDB Assessoria de Investimentos havia vencido e foi deliberado pelo conselho uma prorrogação de 60 dias, e esse prazo está acabando, necessitando da deliberação para abertura ou não do processo de Licitação tendo como base três orçamentos enviados por e-mail para os conselheiros anteriormente. Perguntou se alguém tem alguma dúvida, coloca para deliberação. O contrato terá validade por 12 meses. Aprovado por unanimidade pelo Conselho Administrativo.

André salienta que será um novo contrato, com um novo termo de referência atualizado.

Sobre o **item 04**, que dispõe sobre a aprovação da contratação de uma empresa especializada para regularização do ativo imobilizado. Sandra lê a justificativa apresentada pelo Instituto.


A finalidade da contratação de empresa especializada para regularização patrimonial do ativo imobilizado do PauliPrev.

Considerando a atuação de políticas mais intensivas rigorosas do controle do governo federal.

Considerando o aumento da fiscalização exercida pelos órgãos externos como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que tem atuado de forma mais rigorosa na fiscalização do uso e conservação do patrimônio público.

Considerando a periodicidade da realização do inventário patrimonial.

Considerando as responsabilidades para os administradores e administrados responsáveis pela proteção e defesa do patrimônio do Instituto faz o acreditar



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

que o sistema de controle patrimonial bem como os procedimentos e as rotinas operacionais devem incorporar os interesses da administração quanto a um controle eficaz permitindo um melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público.

As ações da comissão de patrimônio do PauliPrev objetivam a liquidação dessa pendência e o desenvolvimento de um manual de procedimento buscando atender tais interesses.

A fundamentação legal é da Constituição Federal, da lei de responsabilidade fiscal e da lei federal 4320/64.

Sandra pergunta que levando em consideração a capacidade técnica e a competência e o bom desempenho dos profissionais do Instituto, não seria possível nós mesmos, e até se precisasse de auxílio do Conselho, porque os 03 valores enviados para o conselho de R\$ 9.372, da empresa Inovati, outro da empresa Asset Patrimonial Informática no valor de R\$ 8.640,00 e outra da FDC Consulting no valor de R\$ 8.507,00 resultando na média entre R\$ 8.000,00 a R\$ 9.000,00. Salaria ainda que sabe do trabalho que é relacionar os patrimônios do Instituto, depreciar, se não seria possível o próprio Instituto fazer para economizar.

André explica que não é só o levantamento dos ativos, é a avaliação de todo o patrimônio do Instituto, avaliação, depreciação e destinação adequada, por isso esse valor é um pouco mais alto, estando incluso o treinamento da equipe técnica para os próximos anos serem realizados pelo Instituto de acordo com as normas do Tribunal de Contas.

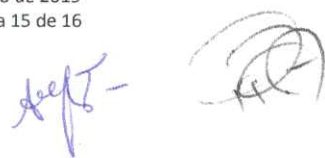
Fabio pergunta se será criado o comitê de acompanhamento de patrimônio. André diz que será sim. O objetivo desse trabalho é regularizar os itens imobilizados, dar a destinação adequada em cada caso, e a partir do treinamento uma equipe do Instituto vai estar habilitada para ela mesmo fazer com os procedimentos adequados e responder por possíveis auditorias. No final do processo será emitido um laudo com garantia de 01 ano.

Sandra coloca o item para deliberação e foi aprovado por unanimidade.

Sandra finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e confirmando a próxima reunião, dia 05 de agosto de 2019, às 18 horas, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia.

Término as 20h15.

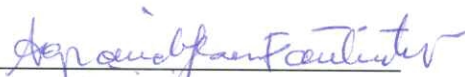
Paulínia, 15 de julho de 2019



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselheiro Administrativo



Agrair de Jesus Fantinati
Conselheira Administrativa



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Cecconelo
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Brick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo




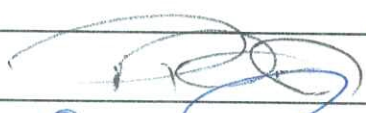
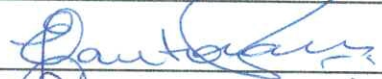


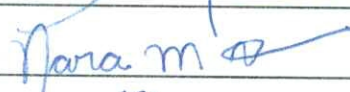


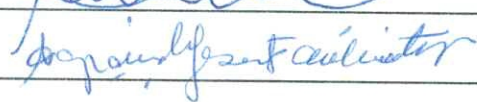
Paulo Adami
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
15 de julho de 2019 – 18 horas – PLENARINHO DA CÂMARA

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO ROBERTO ADAMI	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	AGRAIR DE JESUS FANTINATI	

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 15/07/2019 às 18:00h

LOCAL: PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- 1- Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 01/07/19;
- 2- Apresentação da FIPE sobre os processos de compensação previdenciária, nos termos do contrato em vigor, informações sobre a Portaria MPS 464/2018 (normas aplicáveis às avaliações atuariais) e Pró Gestão;
- 3- Discussão sobre aprovação de nova contratação de consultoria de investimentos;
- 4- Discussão sobre aprovação de contratação de empresa especializada para regularização do ativo imobilizado (patrimônio) do Instituto, compreendendo o treinamento de servidores.

Paulínia, 10 de julho de 2019.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo